



MUNICÍPIO DE VILA DO PORTO

DESPACHO

MOBILIDADE NA CATEGORIA

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 92.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que em seu anexo aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, doravante LTFP, quando exista conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham, os trabalhadores podem ser sujeitos a mobilidade.

Considerando que, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 92.º da LTFP, a mobilidade pode abranger a forma de mobilidade dentro do mesmo órgão ou serviço;

Considerando, igualmente, que, nos termos do n.º 2 do art.º 93.º da LTFP, a mobilidade na categoria pode operar para o exercício de funções inerentes à categoria de que o trabalhador é titular, na mesma atividade ou em diferente atividade para que detenha habilitação adequada.

Considerando que a trabalhadora deste Município Armanda Maria Cabral de Andrade da carreira de Técnico Superior, exerce funções inerentes à sua carreira na Secção de Taxas e Licenças, Obras e Loteamentos, da Divisão Administrativa e Financeira desta Autarquia;

Considerando que por razões de interesse público e uma mais eficiente organização dos serviços, designadamente, nas áreas prosseguidas pela Divisão em causa, existe a necessidade de dar maior ênfase e reforço às funções na área de Administração do Pessoal, funções essas que irão ser prosseguidas no Edifício Paços do Concelho, no gabinete afeto ao Pessoal;

Considerando que este novo dinamismo que se pretende introduzir na área de Administração do Pessoal exige e aconselha um reforço de pessoal com mais experiência de modo a prosseguir as tarefas em causa;

Considerando a experiência detida pela trabalhadora Armanda Maria Cabral de Andrade, a carreira onde se insere e o facto da mobilidade que ora se pretende operar, na mesma carreira e, conseqüentemente, no âmbito das funções inerentes a esta, não acarretar qualquer desvalorização da situação da trabalhadora, estando assim reunidos os requisitos exigidos na LTFP para o recurso à mobilidade dos trabalhadores como fator de economia, eficiência e eficácia dos órgãos ou serviços;



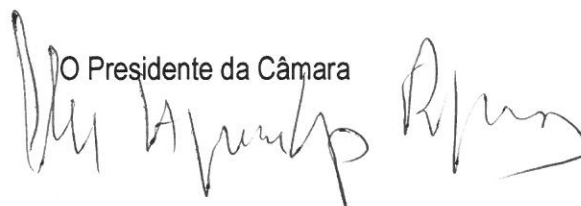
MUNICÍPIO DE VILA DO PORTO

Assim,

No uso da competência que me é conferida pela alínea a), do n.º 2, do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em face do acima exposto e por considerar existir conveniência para o interesse público, eficácia e eficiência no funcionamento dos serviços, em particular da área de Administração do Pessoal da Divisão Administrativa e Financeira, determino, ao abrigo do disposto no artigo 92.º, n.º 1, n.º 2, alínea b) e artigo 93.º, n.º 2, todos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 2 de maio de 2018, a mobilidade na categoria da trabalhadora Armada Maria Cabral de Andrade para o exercício de funções inerentes à sua carreira de Técnico Superior, funções essas que irão ser prosseguidas no Edifício Paços do Concelho, no gabinete afeto ao Pessoal.

Determino, ainda, a publicitação deste despacho nos termos do artigo 97º-A da LTFP.

Vila do Porto, 30 de abril de 2018.

O Presidente da Câmara


Carlos Henrique Lopes Rodrigues